

FEMINISMO CONTEMPORÂNEO: COMO ATIVISTAS DE SÃO PAULO COMPREENDEM UMA TERCEIRA ONDA DO MOVIMENTO NO PAÍS

CONTEMPORARY FEMINISM: HOW ACTIVISTS OF SÃO PAULO UNDERSTAND A THIRD WAVE OF THE MOVEMENT IN THE COUNTRY

Keli Rocha Silva MOTA¹

RESUMO: O artigo procura entender as particularidades da luta feminista atual em relação às ondas anteriores e se isso permite afirmar a existência de um novo momento histórico, social e cultural no país. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três militantes da capital paulista acerca do tema. A partir da análise realizada, é possível afirmar que existem novos tipos de organizações feministas, que são marcadas por uma participação horizontal e lideradas por um perfil cada vez mais jovem, que tem ao seu dispor os meios de tecnológicos de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Terceira Onda. Feminismo. Movimento. Coletivo.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais é cada vez mais comum as militantes feministas se apropriarem dos ataques que recebem das diversas organizações patriarcais institucionalizadas – família, igreja, escola, mídia hegemônica, ordem jurídica, vínculos trabalhistas – para defender a autonomia de seus corpos, o fim das violências física, material e simbólica, melhores garantias trabalhistas e maior participação no cenário político de decisões públicas, dentre outras lutas que prezam pela equidade das relações de gênero.

A presença significativa de mulheres muito jovens em recentes mobilizações, que se iniciam em meio à interatividade virtual (redes sociais, blogs), se torna um marco nesta segunda década do século 21. Nesse sentido, é possível afirmar que essa atual conjuntura diz respeito a uma terceira onda feminista no Brasil?

Podemos supor que esse contexto se consolidou em virtude de uma frequente articulação, liderada em sua maioria por mulheres jovens que questionam o *status quo* de opressão. Se, por um lado, há um engajamento mais contundente desse público no ativismo, por outro, torna-se desafiante expandir a politização de outras mulheres, das mais variadas faixas etárias e condições socioeconômicas.

Para investigar se há uma suposta terceira onda do movimento feminista, suas peculiaridades, entre avanços e limitações, comparando-a com os momentos anteriores de ápice de luta das mulheres, esta pesquisa optou por seguir o princípio do método

¹ Graduada em Comunicação Social com habilitação em jornalismo pela Universidade de Santo Amaro (Unisa), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: ks.rocha@gmail.com

dialético. Com a elaboração de perguntas básicas, três ativistas de coletivos feministas foram escolhidas para entrevistas. Para exemplificar essa heterogeneidade, levou-se em consideração faixa etária, cor/raça, tempo de militância e prioridades de reivindicações dos grupos.

A primeira entrevista foi realizada com Maria Amélia de Almeida Teles, fundadora da União de Mulheres do Município de São Paulo, movimento autônomo que completa 36 anos existência em 2017.

A segunda entrevista contou com a contribuição de Fernanda Rangel Monteiro Lobato, militante do Coletivo Feminista Yabá. O grupo é formado por estudantes da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e atua há 7 anos de forma interseccional, sob o viés marxista da luta de classes.

Uma das fundadoras do coletivo Nós, Mulheres da Periferia, Regiany Silva de Freitas, fechou o conjunto de depoimentos. O grupo surgiu em 2013, com a proposta inicial de fazer jornalismo sobre a periferia. Nos últimos dois anos, passou a se reconhecer como parte do movimento feminista.

As diferenças entre suas respectivas cronologias de fundação, seus enfoques e espaços ocupados possibilitaram mostrar o quão complexo são os movimentos contemporâneos e, ao mesmo tempo, demonstrar que as lutas permanecem similares.

Nesse sentido, este artigo pretende contribuir para ampliar a reflexão teórica acadêmica e também ser mais uma discussão analítica sobre as condições dessas militâncias.

1 . ONDA E FEMINISMO

Quando se pensa em onda, vem à mente a imagem da camada superficial da água do mar. Como resultado da ação do vento, há movimentos na água que causam ondulações. Quanto maior a velocidade e duração do sopro atmosférico, maior será a onda e sua força. Mesmo que o vento pare, ela continua se espalhando até chegar à areia. As mais violentas surgem motivadas por tremores ocorridos nas profundezas do oceano ou têm origens externas oriundas da natureza, como um meteoro que desaba nas águas do mar.

Como um fenômeno natural, as relações sociopolíticas tanto podem encontrar resistências maiores em determinados períodos históricos, como podem se atenuar. Entretanto, esse enfraquecimento não deve ser compreendido como o fim de uma mobilização. Tal como o mar, as ondas continuam se propagando, mesmo de forma branda, até encontrarem as areias da praia.

Dessa forma, o termo onda motiva a periodização do movimento feminista, tendo algumas demandas mais acentuadas em determinados períodos, como explica Suely Costa (2009, p. 4):

Diferenciados por conjunturas, os feminismos são vistos, em geral, como irrup-

ções em que, de repente, não mais que de repente, mulheres diversas se juntam, mostram-se ‘irmanadas’ na agitação de ‘causas’ ou motivações políticas que se avolumam e que avançam como onda. Esta, depois de atingir um ponto alto, desce, invadindo os mais variados territórios, em diversos tempos; em seguida, tudo parece dissipar-se. Diria que um maior rigor na produção do conhecimento dessas ‘causas’ /motivações depende, sim, de pesquisa de fontes, mas sob uma leitura orientada por conceitos que admitam esses movimentos conjunturais como partes de um vasto tecido social, em grande medida, submersas, vindas de diferentes tempos históricos, trançadas entre si e que avançam em infinitas combinações de ‘ramificações’, continuadas ou não, sinalizando movimentos e transformações de visões de mundo.

As manifestações mais intensas e organizadas surgem em torno do propósito de apontar as diferenças de gênero² e subverter as relações impostas. Ou seja, “[...] a reivindicação de direitos nasce do descompasso entre a afirmação dos princípios universais de igualdade e as realidades da divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144). Contudo, como afirma Camilla Siqueira (2015, p. 332), “[...] não se pode ignorar que, dentro de uma mesma onda, conviveram movimentos feministas com demandas bem diversificadas”.

Ao acompanhar as tendências mundiais, principalmente norte-americana e de países europeus, o Brasil tem presenciado movimentos feministas que se adaptam às suas necessidades histórico-socioculturais. Pautados em reivindicações que englobam direitos civis, políticos, econômicos e sexuais, entre outros, a linha tênue entre teoria e militância feminista é outra particularidade brasileira (PINTO, 2010).

Assim sendo, a trajetória do país foi assinalada por duas ondas feministas. A primeira onda do movimento brasileiro ocorreu a partir das primeiras décadas do século 20, com a estruturação mais uniforme dos coletivos feministas que lutavam, acima de tudo, pelo direito ao sufrágio. “Começa a nascer aí o movimento denominado feminismo, que até hoje é atuante em busca da emancipação das mulheres” (SIQUEIRA, 2015, p. 332). Bertha Lutz, bióloga e cientista, surge como ícone desse engajamento, ao lado de outras mulheres sufragistas, brancas, geralmente de classe média alta e de enorme influência política.

Na outra ponta, conforme pontua Céli Pinto (2010), havia o grupo de operárias de ideologia anarquista, reunidas nos movimentos União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, que reivindicavam melhores condições trabalhistas nos chãos de fábrica, como salários equiparáveis aos dos homens e menores jornadas das tarefas.

² Saffioti (2004) diz que gênero é uma construção social do masculino e do feminino, também conhecida como a expressão da categoria dos sexos. Para Butler (2003), a distinção que se faz hoje entre sexo (sob uma análise biológica/natural) e gênero (apenas visto como uma construção sociocultural) é questionável. Segundo a filósofa, norte-americana e estruturalista, o corpo também é discursivo e reflexo social, histórico e cultural, que se constitui de forma polarizada entre ser homem e ser mulher.

Em suma, nas palavras de Céli Pinto (2003), essas diferenças podem ser sintetizadas entre feminismo bem-comportado – liderado por mulheres da elite econômica e intelectual da época –, que não tinha como interesse questionar as estruturas patriarcais existentes, visto que suas reivindicações de direito ao voto se sustentavam na aprovação do grupo político que estava no poder; e o feminismo *malcriado* que

[...] se expressava nas passeatas, nos enfrentamentos na Justiça e nas atividades de mulheres livres-pensadoras que criavam jornais e escreviam livros e peças de teatro. Somavam-se a elas as anarquistas radicais que traziam para a discussão o mundo do trabalho, muito distante das preocupações feministas de elite (PINTO, 2003, p. 38).

A segunda onda, por sua vez, se intensifica no Brasil a partir dos anos 1970, com maior diversificação de mulheres ligadas à causa. Questões como sexualidade e corpo, violência contra a mulher e relações de trabalho ganham destaque neste período. É a partir dessa vivência que os grupos passam a se reunir em formato de rede, pois entendem que as discussões que afligiam as mulheres eram questões coletivas e não individuais. As definições entre ser homem e ser mulher passam a ser refletidas como construção socio-cultural também nesse período.

Ou seja, as relações de poder em um sistema patriarcal, com expressões como “dominação masculina”, sobrepondo à mulher a condição de “subordinação” ou “sujeição” (DELPHY, 2009, p. 173), engrossam a questão feminina, em um momento de pós-guerras mundiais, como esclarece Céli Pinto (2010). “Aponta, e isto é que há de mais original no movimento, que existe outra forma de dominação, além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias.” (PINTO, 2010, p. 16)

Enquanto nos Estados Unidos o conceito de gênero ganha um significado sociológico, em que as teóricas feministas passam a afirmar que o determinismo biológico sobre as diferenças entre homens e mulheres naturaliza as relações de poder e opressão entre sexos (MATHIEU, 2009), no Brasil, o ativismo surge vinculado à luta contra o regime militar e pela reabertura democrática do país. A reivindicação de liberdade sexual, como direito reprodutivo e controle sobre o próprio corpo, centraliza o debate, incluindo como relevante politicamente a questão da violência contra a mulher, até então tratada como questão policial ou somente no âmbito privado (SIQUEIRA, 2015, p. 337).

Já nos anos 1980, ainda na segunda onda do feminismo, com o processo de abertura política no país, amplia-se o número de coletivos feministas e novas pautas passam a ser incorporadas na luta pelos direitos das mulheres, como diz Céli Pinto (2010):

Violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, orientações sexuais. Esses grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos

populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. (PINTO, 2010, p. 17)

No século 21, algumas conquistas que amparam as mulheres, notáveis no cenário legislativo brasileiro, são reflexos das lutas da primeira e da segunda ondas: direito ao sufrágio; à licença-maternidade; criminalização do assédio sexual nas relações de trabalho; alteração no Código Civil, com a equiparação de direitos jurídicos e de direito à posse de terra, no meio urbano e rural; Lei Maria da Penha; Lei do Feminicídio; e legalização do aborto para casos de anencefalia.

No entanto, opressões diárias arraigadas culturalmente persistem, como a desigualdade salarial, a baixa representação nas esferas de poder político, a criminalização do aborto e a violência simbólica, doméstica e pública.

Em suma, como ressaltam Luis Miguel e Flávia Biroli (2014), o feminismo³ se opõe às disparidades sociais que oprimem particularmente as mulheres e reivindica direitos a elas por meio dos mais diversos enfrentamentos, motivados por prioridades e posições que assume tanto no campo teórico como no sentido mais prático do ativismo.

2 . COLETIVOS E VERTENTES TEÓRICAS

Como já esclarecido, as reflexões feministas, chamadas de segunda onda, se acentuam no Brasil, sobretudo em meados dos anos 1970, com a formação de grupos de consciência constituídos por mulheres para discutir problemas oriundos do machismo instituído.

Um dos primeiros grupos dessa geração, segundo Joana Pedro (2013), surgiu em 1972 em São Paulo. Era formado por mulheres acadêmicas e internacionalistas, na faixa etária entre 30 e 38 anos, em virtude da troca de experiências que tiveram com mulheres norte-americanas e de países da Europa Ocidental.

Por negarem a existência de líderes ou de porta-vozes e rejeitarem hierarquias, as participantes preferiam que as reuniões não tomassem um rumo predeterminado ou fossem dirigidas. Todas deveriam ter direito à palavra. Toda palavra seria qualificada. Ninguém seria a ‘dona da verdade’. Ao trabalhar da forma coletiva e sem dirigentes, acreditavam recusar qualquer ‘relação competitiva’ entre mulheres. (PEDRO, 2013, p. 245)

³ Nesta pesquisa opta-se por usar o termo feminismo no singular, mesmo entendendo suas múltiplas abordagens teóricas e políticas.

De acordo com Joana Pedro (2013), ampliar a solidariedade entre as mulheres era um dos objetivos dessa formação coletiva. Por isso, “[...] costumavam fazer suas reuniões em círculos; daí a preferência por nomearem seus grupos com as palavras ‘coletivo’ e ‘círculo’” (PEDRO, 2013, p. 246). Hoje, quase 50 anos depois das primeiras reuniões, o termo coletivo é a forma mais usual de definir nomes de agrupamentos de mulheres militantes.

Em se tratando de uma leitura sobre as experiências teóricas do feminismo na Europa e nos Estados Unidos, Dominique Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 147) classifica essas correntes, em pormenores, como marxistas ou socialistas, libertárias, radicais, lésbicas, materialistas ou essencialistas. Em sentido mais amplo, são três abordagens: feminismo liberal, socialista e radical.

As feministas liberais prezam os valores individuais e igualitários por meio de reformas sociais, jurídicas e políticas. Já as socialistas, em perspectiva antagônica sobre as reivindicações prioritárias conduzidas pela corrente liberal, “[...] afirmam que a verdadeira liberação das mulheres só poderá advir de um contexto de transformação global. [...], as feministas radicais, que sublinham que as lutas são conduzidas, antes de tudo contra o sistema patriarcal [...]” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 147).

Heleieth Saffioti (2013, p. 389), em uma análise sobre a realidade brasileira, afirma que o feminismo é “[...] preocupado exclusiva ou precipuamente com os problemas imediatos da mulher”. As vertentes utópica e conscientemente compromissada com a ordem social competitiva são expressões, de acordo com a pesquisadora, dessa realidade.

A vertente utópica deve ser compreendida como as transformações de posição social assumidas pela mulher no decorrer da História, sem alterar as estruturas capitalistas de dominação vigentes por não ter conhecimento pleno do sistema que rege as relações entre oprimido e opressor. A abordagem conscientemente compromissada com a ordem social, embora lute pela igualdade social plena entre mulheres e homens, tem consciência dos desafios impostos.

Para a pesquisadora, o feminismo socialista ou esquerdizante é a consciência mais completa e crítica das relações atribuídas ao sistema capitalista. “No Brasil, entretanto, este ‘feminismo esquerdizante’ se desenvolveu quase sempre clandestinamente [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 390).

3 . AS ATIVISTAS DE HOJE

Conforme apresentado anteriormente, com o objetivo de compreender a organização feminista na contemporaneidade, foram entrevistadas três representantes de movimentos feministas da cidade de São Paulo. A seguir apresento brevemente o perfil e a história de cada uma das entrevistadas.

Maria Amélia de Almeida Teles, 72 anos, branca, é natural de Contagem, Minas Gerais, e vive na capital paulista há 50 anos. Filha de pai operário, sindicalista e

comunista, cresceu na militância, sempre atuando no campo da esquerda. Por volta dos 12 anos, começou a tomar consciência das desigualdades entre mulheres e homens, mas foi na década de 1960 que essas reflexões amadureceram. Ex-militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi presa em dezembro de 1972, durante a ditadura militar. Quando saiu da prisão, foi trabalhar no jornal alternativo *Brasil Mulher*. Em 1981, fundou a União de Mulheres do Município de São Paulo, no bairro do Bixiga (Zona Central), movimento autônomo que agrega até 150 pessoas, com a proposta de politizar mulheres nos aspectos pessoal, social, político e econômico. Dentre os projetos do grupo, destacaram-se os cursos Promotoras Legais Populares e Maria, Marias, sobre igualdade de gênero e direitos das mulheres, além de eventos diversos, como seminários e rodas de conversa. Entre os atos públicos, sobressaem o Yayartes: bloco carnavalesco Casa de Dona Yayá (que rememora Sebastiana de Mello Freire, figura feminina muito à frente de seu tempo), o Dia Internacional da Mulher e o Abraço Solidário às Mulheres em Situação de Violência (uma forma de pressionar o Poder Judiciário para que sejam cumpridos os dispositivos da Lei Maria da Penha). A União também atua na formação de mulheres na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa de São Paulo e em sindicatos. Atualmente, Amélia Teles é docente visitante da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde ministra a disciplina Direito à Infância e à Educação: Educação Infantil em Creches, uma História das Mulheres.

Fernanda Rangel Monteiro Lobato, 18 anos, branca, é natural de Curitiba, Paraná, e vive há nove anos em São Paulo. Cursa o terceiro semestre de Direito na PUC-SP. Quando estava na 8ª série, por volta dos 13 anos, tomou ligeiro contato com o feminismo por meio de uma professora no colégio particular no qual estudava. Em 2013, com 14 anos, já no 1º ano do ensino médio, o debate se intensificou na escola com a promoção de aulas e pesquisas recorrentes, além de uma oficina extracurricular destinada à questão de gênero e sexualidade. Em razão da pressão de pais de estudantes que não queriam a discussão, a instituição fechou a oficina. Em resposta, as alunas organizaram um grupo autônomo horizontal, o Pagu, com apoio da escola. Já no ensino superior, Fernanda ingressou no Coletivo Feminista Yabá, que é formado por estudantes do curso de Direito da universidade. Fundado há sete anos, o grupo é essencialmente de esquerda (sob a perspectiva da luta de classes) e interseccional (com a proposta de se fazer todos recortes possíveis do ser mulher, levando em conta idade, cor, posição social e geográfica, entre outros, para não homogeneizar ou simplificar sua respectiva experiência no debate). Além de formação teórica mensal, o coletivo participa de atos e da organização deles, como a criação de um setorial de mulheres no Encontro Nacional dos Estudantes de Direito (ENED). Hoje com dez ativistas, o grupo é rotativo, já que novas acadêmicas entram e outras se formam todos os anos.

Regiany Silva de Freitas, de 28 anos, é parda e se reconhece como de etnia negra. Nasceu na Zona Leste de São Paulo, onde permanece até hoje. Moradora da COHAB José Bonifácio, localizada no bairro de Itaquera, é formada em Design e exerce a profis-

são. É mestranda em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem na PUC-SP. É uma das fundadoras do coletivo Nós, Mulheres da Periferia, criado em março de 2013. O coletivo surgiu por meio do blog Mural: agência de jornalismo das periferias, como forma de dar visibilidade e protagonismo às moradoras desses espaços, rompendo estereótipos e vazios de suas representações nos meios jornalísticos de maior expressão nacional. No entanto, o movimento não nasceu a partir da perspectiva do feminismo. Aos poucos, ao tomar contato com essa discussão e entender que havia uma especificidade em ser mulher em dado espaço geográfico e social, o debate foi intensificado na pauta do grupo há cerca de 2 anos. Assim, o coletivo propõe ser um canal de informação em que são divulgadas as histórias e experiências dessas mulheres, considerando as três dimensões que as perpassam: gênero, raça/étnica e classe social. O grupo é formado por seis mulheres jornalistas e uma designer (Regiany), todas moradoras de bairros periféricos da capital paulista.

4 . TERCEIRA ONDA?

As entrevistadas foram unânimes na avaliação de que o movimento feminista está passando por uma nova onda nesta segunda década do século 21. Os novos meios de comunicação e informação proporcionados pelos avanços tecnológicos, que colocam à disposição as diversas redes sociais e facilitam o processo de busca e pesquisa, podem ter contribuído de forma significativa para uma maior inserção de mulheres no movimento, como explica Amélia Teles, da União de Mulheres:

No ano passado, fizemos uma reunião com 150 pessoas. Eram muitas jovens adolescentes. Tinha uma menina que discutia comigo feminismo radical, socialista e marxista. Eu perguntei: ‘onde você viu essa discussão? Onde você aprendeu isso?’ Ela: ‘eu aprendi na internet’. Quer dizer, há muita facilidade para o debate hoje. Enquanto nós ficávamos meses e meses procurando uma informação de como e se houve o movimento sufragista no Brasil. Quando descobríamos que havia uma pesquisadora que estudava o movimento sufragista, pedíamos para ela nos mandar uma síntese do estudo, ela datilografava em uma folhinha e mandava para nós, pois não existia computador. Às vezes, demorávamos até um ano para aprender alguma coisa. Hoje, as jovens levam horas.

Regiany Silva, de Nós, Mulheres da Periferia, concorda que a velocidade tecnológico-comunicacional trouxe conhecimento de forma ágil, como presenciado nestes últimos anos, além de promover articulações e mobilizações significativas. “A facilidade da dimensão da informação, pelos meios digitais, por todas as ferramentas que temos hoje, facilita que essa comunicação chegue de uma maneira mais efetiva e, às vezes, mais simples”.

Esse contexto ganha destaque com as jornadas de junho de 2013⁴ e se intensifica em 2015, com as ocupações nas escolas públicas estaduais lideradas por estudantes secundaristas em protesto contra a reestruturação da rede de ensino proposta pelo governo de São Paulo. Nas palavras de Fernanda Lobato, do Coletivo Feminista Yabá:

Não tivemos tempo ainda de entender o que foi junho de 2013. É muito recente e estamos muito inseridas nele, mas tendo a achar que aquele ano não surgiu do nada. Dá para pensarmos que na segunda década dos anos 2000, algo da minha experiência pessoal inclusive – estava no 1º colegial –, vi pessoas que nunca havia debatido política na vida querendo se inserir na discussão. Que debate é esse e como ele se deu são outras questões, mas a política começou a chegar nos adolescentes. Chegou de outra forma, não só como um negócio chato que o *Jornal Nacional* apresenta, mas como algo de que eles podiam se apropriar de certa forma. Junto com isso vem o feminismo. Por isso acho que junho de 2013 foi importante para que o debate feminista seja forte agora entre as secundaristas. As meninas que ocuparam as escolas têm um debate combativo e autonomista bem interessante. As redes sociais contribuíram muito para isso, sem dúvida.

A presença de militantes cada vez mais jovens é uma das características predominantes do atual momento. Amélia Teles, que participou assiduamente dos debates da segunda onda, relembra que muitas mulheres que conduziam os coletivos da década de 1970 tinham idades mais avançadas e eram praticamente da mesma geração. Muitas, inclusive, já experimentavam a maternidade. “Acredito que é uma grande novidade, digamos assim, o interesse das meninas adolescentes pelo feminismo. É o marco de um novo momento”.

Fernanda Lobato concorda:

Das leituras teóricas que faço, a militância dos anos 2000 era composta por mulheres mais velhas, mas não tenho uma compreensão real do que era esse ativismo, porque eu era uma criança. Hoje, tenho a compreensão porque vivo esta realidade, e a minha impressão é que hoje em dia a militância é muito jovem. Não faz muito tempo que você vai ter menina de 12, 13 e 14 anos sabendo o que é feminismo. Minha irmã tem 9 anos e se declara feminista e queria criar um coletivo feminista na escola dela. Ela leu a biografia da Malala Yousafzai⁵. Na minha opinião, tal atitude era impensável 10 anos atrás.

Para Regiany Silva, o feminismo contemporâneo se amplia a partir do momento que insere questões específicas de outros grupos outrora excluídos de sua discussão, tornando-se mais concreto e próximo dessas realidades.

⁴ Trata-se de um conjunto de manifestações populares em todo o país, que a princípio contestavam o aumento das tarifas de transporte público, mas outras pautas logo foram inseridas aos atos.

⁵ Ativista paquistanesa que defende os direitos humanos das mulheres no nordeste do Paquistão.

Historicamente, foi um espaço construído por mulheres brancas, e ele chega para a gente primeiro por essa via e com demandas muito elitizadas da sociedade. Sinto que agora deu uma ampliada no horizonte, as discussões estão chegando na ponta, com questões mais específicas de grupos minoritários. Isso muda bastante a cara do feminismo, porque se antes olhávamos esse feminismo tão distante, como um bagulho teórico, que nem sei o que é, de mulheres que são ricas e falam coisas que nem sei o que são. E que têm demandas que não fazem parte da minha vida. Hoje o feminismo parece mais real e está mais próximo da vida real das pessoas que não tinham acesso a essa teoria.

Regiany Silva acrescenta que muitas mulheres da periferia não encontram no termo feminismo significância palpável, mas

[...] o que importa muito mais é o que está atrás do nome, o movimento e qual a importância político-social, não uma nomenclatura que uma fulana ou sicrana usa. Mas, se existe um movimento em que a gente pode se unir e fortalecer uma luta, é muito importante. O feminismo mudou o sentido porque agora ele tem uma cara mais preta, uma cara mais periférica, uma cara mais pobre.

Efetivamente, têm surgido diversos coletivos, principalmente em escolas e universidades, para discutir as relações de gênero. Fernanda Lobato relata que quando integrou o coletivo Pagu, durante o ensino médio, não conhecia outras experiências semelhantes.

Entretanto, nas ocupações nas escolas estaduais de São Paulo, as secundaristas tiveram papel importante. A partir daí, surgem diversos coletivos em escolas de nível de médio e também em faculdades. Segundo Lobato, “Temos um feminismo que hoje chega em outros espaços. Hoje em dia, várias faculdades têm coletivos feministas, tornando o debate cada vez mais comum. Nesse sentido está diferente”.

Não podemos esquecer que essas meninas são engajadas politicamente, ressalta Amélia Teles. Para ela, o movimento atual é muito promissor, visto que as críticas aparecem de forma autônoma e amadurecida, vinculada a uma criatividade que contribui para a sua repercussão.

Quem levantou o Fora Cunha em São Paulo? Foram elas. Como se organizaram ninguém sabe, mas foi tudo pela internet. Quem são as líderes do Fora Cunha? Ninguém faz questão de botar as caras. Foram para a Avenida Paulista, apanharam da polícia, mas fizeram. Perceberam que tinha de ter o Fora Cunha, porque ele perseguia a então presidenta Dilma, e a esquerda, que é machista também, disse que não tinha problema persegui-la. Depois perceberam que a perseguição era contra toda a esquerda mesmo. O Fora Cunha foi um dos movimentos recentes mais interessantes, mérito das feministas jovens.

Uma crescente geração de jovens na militância, representada principalmente por mobilizações coletivas estudantis (secundaristas e acadêmicas), que tem ao seu dispor a facilidade comunicacional proporcionada pelas redes interativas tecnológicas, deve ser levada em consideração quando se define uma possível terceira onda do feminismo no país. Soma-se a isso uma presença mais marcante de mulheres que antes estavam restritas a espaços historicamente excluídos da discussão, como nas regiões periféricas, pobres e negras da capital paulista.

5 . DESAFIOS

Em linhas gerais, pode-se dizer que primeira onda do movimento feminista é marcada pelo movimento sufragista. A segunda onda, mais libertária, traz para o centro da discussão o direito ao controle do próprio corpo, sob o viés de tornar públicas questões antes tidas como privadas.

Embora no atual momento histórico o auge esteja na diferença do perfil participativo, que tem ao seu dispor as ferramentas tecnológicas comunicacionais, tornando a informação mais ampla e ágil, as pautas reivindicatórias em sua essência ainda permanecem, como pontua Amélia Teles.

Na verdade, não acabou nenhuma onda. Conseguimos o voto, mas não conseguimos ser votadas, as mulheres estão sub-representadas na política. Discutimos o corpo nos anos 1970, mas não quer dizer que o corpo é nosso. O Cunha, o Malafaia, o Feliciano, o Temer, a Veja e a grande mídia em geral continuam falando da bela, recatada e do lar, de um total controle sobre o nosso corpo.

Ainda que o feminismo seja veemente, os movimentos contrários a ele tendem a crescer na mesma proporção, segundo Regiany Silva.

Toda essa onda conservadora que estamos vivendo é cíclica, e o feminismo reage a isso. Por outro lado, a militância é a causa desse conservadorismo. Quando as mulheres começam a ocupar espaços públicos e falar mais, aparecem os ‘bolsonaros’ da vida.

Fernanda Lobato assinala a ausência de produções recentes sobre teorias de gênero. Por isso, para ela, as transformações são mais sentidas no sentido prático da luta.

Pode ser que eu não conheça, mas ainda não li uma teoria feminista nova na atualidade. As que tive acesso vão até os anos 1990 e 2000. Não li algo que fosse completamente novo nesta segunda década do século. Li análises empíricas sobre fatos que retomam questões já ditas, mas teorias propriamente ditas, não conheço alguma nova que surgiu recentemente. Por isso, acho que a mudança é mais no sentido da militância prática e do perfil das mulheres que têm militado.

Por sua vez, Regiany Silva acredita que essa forma mais experimental de se fazer feminismo generaliza a sua causa, agregando novos sujeitos à sua luta.

Era um movimento muito distante e que agora está mais próximo, mas, às vezes, tem um discurso vazio, elitista e conceitual demais, embora tenha se transformado por conta dos sujeitos novos que estão entrando no debate. Tem um lance de identificação com a causa, não sei o quanto isso é ruim ou é bom, só sei que não preciso conhecer Simone de Beauvoir para fazer parte do movimento. Faz parte de um processo e que, em algum momento, se eu conhecer e estudar, só tenho a enriquecer o meu repertório, mas isso não me desabilita. Quando você desmitifica o movimento, você rompe com uma estrutura muito limitante.

A tecnologia comunicacional facilita a mobilização rápida desses novos atores. No entanto, para Amélia Teles, a articulação sólida do feminismo se dá através do contato presencial.

Nossa articulação é a base da confiança, da solidariedade, que só se dá através da convivência, do olho no olho. Posso conversar com você pela internet, se for um assunto rápido, mas tenho que te conhecer, e você a mim. Essa relação de confiança e afeto, essa retomada do conhecimento da história, de uma forma mais afetiva, mais segura, no sentido de ser, está fora do alcance virtual. Posso ler um monte de informação na internet, mas as discussões têm de ser na reunião, uma olhando para a outra, senão esse conhecimento fica abstrato. Isso está faltando no movimento hoje, mas não é culpa das meninas, elas estão vindo para um mundo cheio de ódio, de cada um para si, de não solidariedade, ou seja, estamos sempre contra essa corrente neoliberal capitalista que prevalece.

Arelado a isso, existem também as pautas individuais, uma preocupação para as feministas, principalmente as de vertentes mais radicais. Apesar de o movimento atual ser definido por uma crescente militância jovem, que está inserida nas redes sociais e nos ambientes de educação, o público não vê a luta feminista exatamente como algo coletivo.

Para Lobato, “Esse é um dos problemas atuais, porque ficamos com pautas individuais, rodando em círculos, sem atacar o real inimigo”

A participação de outros grupos identitários de mulheres, deixados à margem das discussões do movimento sufragista, como já mencionado, só se tornou maior com o surgimento da segunda onda. Nota-se que, a partir desse momento, mais particularmente nos anos 1980, o feminismo passa a colocar as questões das mulheres negras, indígenas, lésbicas, prostitutas, transexuais, entre outras, como parte relevante da discussão.

Para Regiany Silva, a falta de apropriação da luta feminista por mulheres pobres, negras e periféricas é uma realidade que aos poucos está sendo superada. Isso se dá a par-

tir do momento em que esses sujeitos passam a ter acesso ao discurso feminista, quando vão ao encontro dele.

Hoje posso dizer que sou feminista, mas não porque o feminismo bateu na minha porta, ele não nos acessou, nós que atravessamos a ponte e passamos a tomar contato com um universo que não era nosso e descobrimos que os discursos faziam muito sentido com o trabalho que desenvolvíamos. Ou seja, entendemos que esse espaço também era nosso. Não sei como foi a primeira ou a segunda onda, mas acho que na periferia, para as mulheres pobres, esse ‘rolês’ nunca chegaram lá, mas hoje está chegando, com um discurso mais simples e trazidos por mulheres da periferia. Isso é muito importante dizer: quem atravessou a ponte para lá foram as mulheres pobres, negras e periféricas, porque da ponte para cá, da quebrada, esse discurso nunca chegou.

Como se percebe no depoimento crítico da militante, embora o debate sobre as relações de gênero faça parte da realidade daquele conjunto de mulheres, ao mesmo tempo a temática é distante desse grupo, em razão de as feministas engajadas se consolidarem em determinados espaços, desprezando outros.

A crise entre gerações é outro ponto peculiar a ser considerado. Nas épocas anteriores, as mulheres tinham praticamente a mesma idade, como recorda Amélia Teles. A recente e expressiva inclusão de mulheres jovens no debate possibilitou pensar em um ativismo caracterizado por diferentes faixas etárias e experiências. No entanto, isso tem gerado uma crise intergeracional, não observada em momentos anteriores, segundo a coordenadora da União de Mulheres.

Dos anos 1970 a 2017, tem feminismo de várias gerações, e são as mais jovens que possuem ações políticas bastante avançadas. Eu vi muitas velhas olhando as meninas com desdém, dizendo que não são politizadas, e não é isso, elas são. Podem não ter a força política que nós queríamos que elas tivessem, de articulação nacional, mas não é problema delas, é de toda uma sociedade que não tem essa capacidade [de diálogo], e elas estão inseridas nesta realidade. Elas não vieram de Marte; estão aqui, neste planeta terra.

Por fim, o quão resistente é essa terceira onda é também um questionamento enfrentado pelo feminismo, com suas similitudes e seus antagonismos. Em uma análise de luta de classes, Fernanda Lobato ressalta que a militância está mais focada em atacar questões ideológicas, culturais, de cunho superestrutural, do que em enfrentar a camada estrutural em que se estabelece o patriarcado.

Pensando no debate marxista, enxergamos o patriarcado como algo estrutural. E o capitalismo se sustenta no patriarcado, como Engels e Marx falam: a opressão do homem pelo homem existe a partir da opressão do homem pela mulher. No momento em que o capitalismo enxerga a mulher como instrumento de produção, você tem uma relação estrutural aí estabelecida. O núcleo familiar e a herança

foram questões posteriores. Hoje, o machismo, o padrão de beleza, a gordofobia, etc., todas essas discussões são ideológicas e culturais, fazem parte da superestrutura, são consequências da estrutura. Mas o patriarcado em si, como se estabelece, é estrutural e muito difícil de ser combatido, pois no fim se trata de relações de produção. Essa é a análise que a gente faz.

Ao mesmo tempo em que o movimento de mulheres é revolucionário e ameaçador para o sistema capitalista, uma vez que este se sustenta no patriarcalismo, como contrapartida o capitalismo se apropria dos debates da militância, explica Fernanda Lobato.

Você vê o discurso feminista na Rede Globo, quando o debate é abordado no programa Amor e Sexo, mas no mesmo canal você vê relacionamentos abusivos em suas novelas tratados como normais. As revistas de moda colocam uma mulher branca em suas capas como padrão de beleza e uma manchete que diz: quebre os padrões de beleza, ou seja, há essas contradições.

No entanto, Regiany Silva afirma que o fato de os assuntos feministas repercutirem nos meios de comunicação de maior expressão, é um avanço do movimento.

Enquanto coletivo de jornalistas, para a gente é muito importante que o discurso midiático da grande mídia seja aos poucos afetado e transformado, que ele se coce. Vemos, por exemplo, a mudança dos [trajes] da 'globeleza'. Isso é resultado de uma militância não só feminista, como do movimento negro. Ou então o programa Amor e Sexo, que teve um dia dedicado só para falar do feminismo, com a cantora Elza Soares e Monique Padra, prostituta e feminista, falando da militância.

Analisando por esse ângulo, Regiany Silva defende que dessa forma o debate chega a um público maior, em casas de pessoas que não tinham conhecimento antes, e serve inclusive de alerta social e até mesmo punitiva para aqueles que violem os direitos humanos das mulheres. “Existe uma preocupação maior com certos discursos, porque o movimento é agressivo. Se deu mancada, como o cantor Biel, que assediou uma jornalista do Portal iG, a rede é poderosa a ponto de acabar com uma carreira”.

Embora tenha ciência de que há muitas demandas a serem conquistadas, para Regiany Silva, essas pequenas vitórias devem ser celebradas.

Fernanda Lobato contrapõe dizendo que não é atribuição da Rede Globo, por exemplo, fazer o feminismo chegar às casas das pessoas que não têm contato com a causa, mas sim da militância, e esse é o seu papel.

Porque não adianta dizer que o discurso está chegando. Mas que discurso é esse? É realmente combatível [contra a violência de gênero] e que de certa forma essas mulheres vão se identificar? Talvez a dona de casa não se identifique com o que a

Globo mostra. Por isso, é tão importante que tenhamos em mente que precisamos falar.

Em suma, de acordo com essas narrativas, os principais desafios atuais do feminismo são pensar um movimento que proporcione maior aproximação física entre suas ativistas para fortalecimento de seus laços solidários; que extrapole as barreiras geográficas, sociais e de cor/raça para politizar e unir sujeitos à mesma causa; que saiba ouvir as diversas vivências etárias do ativismo; que pense o feminismo como uma questão coletiva; e que compreenda os avanços e as limitações dessas transformações quando ganham dimensão nos meios comunicacionais de maior repercussão popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM NOVO MOMENTO, PAUTAS ANTIGAS

Percebe-se que o feminismo tem ganhado força nos últimos 10 anos do século 21, impulsionado por uma população mais jovem e questionadora dos paradigmas. Essa movimentação acontece em paralelo com a nova forma tecnológica de se comunicar em rede, que também proporciona facilidade para se buscar informações.

Dentre os desafios que tem por diante, as reivindicações da primeira e segunda onda persistem neste movimento atual. Embora estejam delineadas com discussões que atendem anseios imediatos, as necessidades impostas hoje são fundamentalmente históricas. Tem-se a convicção de que isso esteja relacionado com a estrutura patriarcal e capitalista, que organiza e naturaliza as relações entre opressor e oprimido.

Mesmo no feminismo brasileiro motivado por bandeiras de cunho mais radical, as pautas liberais, com foco em mudanças comportamentais e individuais, muitas vezes acabam se sobrepondo. Isso ocorre, com já afirmado, em razão do próprio modelo de convivência das relações norteadas por esse sistema, que dita normas cada vez mais neoliberais e particularizadas.

E como fazer o feminismo refletir essa vivência? Extrapolando as redes sociais dos meios digitais e os seus redutos de produção de conhecimento, seja de ensino secundário ou acadêmico e politizar mulheres suprimidas deste cenário? E como manter a força de um coletivo físico, presencial?

É possível que não se tenham todas as respostas hoje. Mas as variadas provocações sentidas nesta conjuntura não devem ser entendidas como obstáculos, e sim como a consolidação de um processo. E, acima de tudo, não se pode negar a força desta onda, que se propaga de uma forma ou de outra, tendo como referência a politização das mulheres jovens, que levantam de forma assídua o debate.

Mesmo as mulheres negras, pobres e periféricas, apesar de a discussão não chegar plenamente ao seu espaço, tomam contato com as teorias e práticas feministas e as

moldam à sua precisão. Às vezes, sem entender os termos conceituais, essas mulheres são feministas em sua vivência e experiência militante.

Em paralelo, a ideia de promover temáticas organizadas em coletivos, uma maneira de se fazer o debate o mais horizontal e participativo possível, permanece nos alicerces de suas organizações políticas, reflexo do feminismo da década de 1970. Naquela segunda onda, as mulheres se reuniam em grupos de reflexão, como hoje, para discutir os papéis atribuídos a elas e as dificuldades que enfrentavam por conta do domínio masculino.

Por fim, esta terceira onda não deve ser entendida como uma ocasião homogênea e dada, como sublinhada nos dois movimentos anteriores. Suas prioridades são complexas e se manifestam de acordo com os lugares que ocupam. A marcação como “onda”, inclusive, cabe como um parâmetro didático para melhor compreensão de um período histórico, social e político. É inegável, contudo, a predominância de uma peculiaridade que se alastra como um sopro veloz e durável do vento na superfície do mar.

MOTA, Keli Rocha Silva. Contemporary Feminism: how activists of São Paulo understand a third wave of the movement in the country. *ORG & DEMO* (Marília), v. 19, n. 1, p. 79-96, Jan./Jun., 2018.

Abstract: The article tries to understand the particularities of the current feminist struggle in relation to the previous movements and if this allows to confirm the existence of a new historical, social and cultural moment in the country. For that, we conducted semi-structured interviews with three militants from the city of São Paulo on the subject. By the analysis carried out, it is possible to confirm that there are new types of feminist organizations, which are marked by a horizontal participation and led by an increasingly younger profile, that has at their hands the technological means of communication.

KEY WORDS: New Tendency. Feminism. Movement. Collective (Public).

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

COLETIVO FEMINISTA YABÁ. Nossa liberdade não será dada, será conquistada pelas mulheres na luta! Disponível em: < <https://coletivoyaba.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

COSTA, S. G. Onda, rizoma e sororidade como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Revista INTERThesis**. Florianópolis, v. 6, n. 2, jul-dez, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n2p1>>.

Acesso em: 03 fev. 2017.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. L.; SENOTIER, D. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Movimentos Feministas. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. L.; SENOTIER, D. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. L.; SENOTIER, D. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. Site. Disponível em: <<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/sobre/>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Conclusão. A política do feminismo. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PEDRO, J. M. O feminismo de “Segunda Onda”: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. Dossiê. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 10 de jan. 2017.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SIQUEIRA, C. K. B. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. In: BEDIN, G. A.; CITTADINO, G. G.; ARAÚJO, F. D. Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito. In: **XXIV Congresso Nacional do Conpedi** – UFMG/Fumec/ Dom Helder Câmara. Florianópolis: Condepi, 2015. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/publicacoes/666fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO. Site. Disponível em: <<http://www.uniaodemulheres.org.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

Submetido em: 17/05/2017

Aceito em: 10/05/2018

